

QUANDO A HISTÓRIA FALA PELA BOCA DA CLASSE DOMINANTE: PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA E SUA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (1973)¹

Diego José Fernandes Freire²

Introdução

O teórico alemão da história Horst Walter Blanke, em seu texto “Por uma nova história da historiografia”, lista dez tipos de história da historiografia. Trabalhando a partir da historiografia alemã, tal autor identifica várias maneiras de se praticar uma história da história, todas elas relativamente independentes. Mais do que esmiuçar as dez modalidades de escrita da história, podemos nos contentar com o princípio epistemológico que sustenta a análise de Blanke: a história da historiografia é plena de historicidade. Variabilidade, parece ser a palavra chave aqui.³

Em vez de uma única maneira, ou de modos relativamente semelhantes, temos o fato de que a escrita da história é uma ação intelectual extremamente plural. Desde seu nascimento disciplinar, entre os séculos XIX e XX, tal gênero assumiu diferentes facetas. A forma de apresentação oscila, os objetivos metamorfoseiam e os autores variam também. Nesse sentido, tal princípio epistemológico abre a possibilidade de pensarmos como em uma determinada época, a partir de um dado grupo social, praticou-se uma história da historiografia. Como todo fenômeno histórico, esta prática intelectual também varia conforme a época. Se tal princípio vale para a escrita da história de eventos, sociedades e épocas passadas, por que não valeria também para a história da própria disciplina histórica? Ou esta não precisaria também de passado?

A história da historiografia, quando surgiu em fins do século XIX, na esteira do processo de cientificação da história, adotou uma escriturística própria à época oitocentista.⁴ Assim, na virada do século XIX para o XX, foi muito comum historicizar a história a partir de abordagens que hoje rotulamos de simplistas, como o mero catálogo de livros e autores, o elogio interessado à obra, a explicitação de ideias, correntes e tendências políticas etc. Nada mais anti-histórico - portanto anacrônico - do que cobrar de uma época específica uma escrita da história cujas condições de possibilidade não estavam colocadas no momento. Cada comunidade historiográfica desenvolve, a partir de variados instrumentos intelectuais (teorias, métodos e estilos narrativos), sua própria forma de autohistoricização. Quando se analisa a história da historiografia em diferentes momentos, não podemos perder de vista o princípio basilar da historicidade das formas disciplinares.

Analisando a década de 1970 no Brasil, momento em que a discussão sobre a história da historiografia brasileira estava em alta, podemos identificar uma maneira particular de se historicizar a história. Se hoje nos estudos de história da historiografia é comum observamos noções como *discurso*, *lugar social*, *escrita*, *autoria*, *campo*, *invenção*, *ficção*, há 40 anos partia-se de uma outra gramática acadêmica para se estudar a historiografia. A diferença de termos é sintomática de uma mudança mais profunda. Maria de Lourdes Mônaco Jannoti, Carlos Guilherme Mota, José Roberto de Amaral Lapa, Maria Odila da Silva Dias, Francisco Iglésias e muitos outros que formaram, talvez pela primeira vez

¹ O presente artigo é parte de uma pesquisa de doutorado sobre a historiografia brasileira dos anos 1970, que conta com recursos financeiros da CAPES, à qual agradeço a bolsa de doutorado.

² Licenciado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente, é professor da Secretaria de educação e cultura do Estado do Rio Grande do Norte e doutorando no programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi professor da Universidade Potiguar (2014-2017). Trabalhou também como tutor a distância na Secretaria de Educação a distância (SEDIS) da UFRN (2014-2017) e como professor substituto desta instituição (2016), no Departamento de Práticas Educacionais e Currículo (DEPC). Tem interesse nos seguintes temas: vida e obra de José Lins do Rego, história e literatura, teoria da história e historiografia brasileira.

³ BLANKE, H. W. Por uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2009.

⁴ Para uma discussão histórica a respeito desse campo, ver o primeiro capítulo do livro de Rogério Forastieri da Silva: SILVA, Rogério F. da. *História da historiografia*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

em nossa história, um grande ambiente de discussão em que a historiografia nacional era uma grande preocupação, realizavam suas produções com uma lógica diferente da atual; e mais: o contexto setentista era outro, bem distinto do atual.

Os anos de 1970 marcam um período importante na história do Brasil. Se politicamente o país vivia uma traumática experiência ditatorial e no campo econômico desfrutava de um crescimento inédito, sobretudo no início da década, com o famigerado “milagre econômico”, do ponto de vista científico passávamos por um momento peculiar, atrelado ao desenvolvimento da comunidade científica. Novas universidades eram criadas, cursos de graduação eram expandidos e a pós-graduação entrava em uma fase de expansão. Bem sintonizada com o desenvolvimentismo do governo Geisel, tal política de crescimento aparece ambicionada no Primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação, cuja vigência se deu entre 1975-1979 e objetivava fazer “(...) evoluir o sistema universitário brasileiro para uma nova etapa, na qual as atividades de pós-graduação tenham uma importância estratégica crescente”.⁵

Herdeira da reforma universitária de 1968⁶, que extinguiu o regime de cátedra e ampliou a oferta de vagas no ensino superior, a década de 1970 foi, assim, um período de florescimento científico. Porém, o aumento da produção científica deu-se em um contexto de repressão, em que professores, alunos e funcionários eram cassados e presos. Quando isso não ocorria - e eis a normalidade da época - eram vigiados, como ocorreu, por exemplo, com vários docentes que tiveram agentes do governo infiltrados em suas salas de aula. Todo esse cotidiano autoritário de tensão e vigilância, a partir da Universidade de São Paulo, foi bem mapeado - e denunciado - pela importante iniciativa da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), a qual redundou na obra *O livro negro da USP*, que realizou “(...) um levantamento do processo de controle ideológico do corpo docente”.⁷ Estranho paradoxo: enquanto a ciência de uma maneira geral deslanchava, muitos cientistas pagavam um preço alto, “recebendo” uma aposentadoria forçada, um exílio ou até mesmo uma prisão.⁸

Mais especificamente, o campo dos historiadores vivia também essa situação paradoxal. Enquanto congressos e seminários nacionais eram organizados anualmente, como os da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH⁹), no momento em que novos programas de pós-graduação surgiam¹⁰, professores eram perseguidos e cassados, livros eram barrados.¹¹ A historiografia, com o crescimento da produção histórica universitária, materializada em artigos, dissertações, teses, livres-docências e revistas, se institucionalizava nas universidades brasileiras, configurando um momento novo. Foi dentro desse contexto político-institucional, notadamente em São Paulo, que a discussão sobre a história da historiografia brasileira tornou-se um tema efervescente.

Em 1971, realizou-se o I seminário de Estudos Brasileiros, o qual contou com uma mesa redonda acerca dos “estudos históricos no Brasil”. Neste mesmo ano, Maria de Lourdes Mônaco Janotti defendeu sua tese denominada *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia*

⁵ BRASIL. I PNPG. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Graduação. Brasília, DF: 1975, p. 13. Para uma análise mais detalhada do impacto deste plano na historiografia, ver: PEREZ, Rodrigo. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia*, n.26, jan.-abr., 2018, p. 197-222.

⁶ Sobre tal medida, bem como acerca da universidade no período ditatorial, ver: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁷ ADUSP. *O livro negro da USP*. São Paulo: Editora Universitária, 1979.

⁸ Para mais informações sobre a comunidade científica brasileira nos anos 1970, ver: SCHWARTZMAN, Simon. O grande salto científico. In: _____. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2015.

⁹ Atualmente a sigla refere-se à Associação Nacional de História, termo mais abrangente.

¹⁰ Para ficarmos apenas na área de história, podemos apontar o surgimento dos seguintes programas de pós-graduação: em 1971, da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal Fluminense (UFF); em 1972, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); após dois anos (1974), da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE); em 1976, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

¹¹ Carlos Guilherme Mota, historiador que na época da ditadura militar era professor da USP, conta que, em razão do contexto autoritário, não conseguiu publicar sua dissertação de mestrado, defendida em 1967, pois a mesma tinha por título *A ideia de revolução no Brasil*. A saída, conta o historiador uspiano, foi publicar em Portugal e com um título ligeiramente modificado, a fim de circular mais livremente no meio acadêmico nacional: *Atitudes de inovação no Brasil*. Sobre tal depoimento, ver o prefácio da seguinte obra: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2017.

brasileira¹²; dois anos depois, Maria Odila da Silva Dias concluiu seu doutorado sobre a história do Brasil de Robert Southey¹³; em 1974, a Universidade de Brasília organizou um evento com a temática “A historiografia brasileira nos últimos 40 anos”. Em 1977, Raquel Glezer concluiu seu projeto de doutorado sobre a obra historiográfica de José Honório Rodrigues.¹⁴ Em seguida, em 1979, Jayro Gonçalves Melo defendeu sua dissertação sobre Capistrano de Abreu. Tais fatos indicam bem a ebulição que a reflexão sobre a história da história no Brasil passava. Tais iniciativas pavimentam um importante caminho de discussão.

No presente texto, propomo-nos a apresentar e discutir a maneira como se realizava uma história da historiografia brasileira nos anos de 1970. Se a historicidade reina na história da historiografia, como nos faz pensar Blanke, almejamos investigar essa historicidade no momento em que, na sociedade brasileira, vários historiadores e historiadoras dedicaram-se a analisar sua própria disciplina, configurando um relativo movimento historiográfico.

Como se praticou a história da historiografia brasileira na década de 1970? O que significava no contexto brasileiro marcado por uma ditadura militar fazer uma história da historiografia? Com quais motivações procedia-se a essa discussão? Tais são as perguntas que motivam o corrente trabalho e para as quais gostaríamos de fornecer prováveis caminhos de respostas.

Na impossibilidade de trabalhar com todas as obras que participaram do debate sobre a história da historiografia brasileira¹⁵, recortaremos um texto expressivo desta discussão. Trata-se da tese de doutoramento de Pedro de Alcântara Figueira¹⁶, orientada por Eduardo d’Oliveira França e concluída em fins de 1973 na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Assis - SP, trabalho que foi bem recebido por José Roberto do Amaral Lapa, historiador campineiro que estava na dianteira da discussão sobre a historiografia nacional. Desdobrando o célebre questionamento de Michel de Certeau em *A operação historiográfica*, utilizaremos essa produção acadêmica para apresentarmos e discutirmos o que fazia o historiador quando fabricava história da historiografia brasileira nos idos de 1970.¹⁷

O autor e a obra

Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica) foi estruturada em cinco grandes capítulos (exceto o primeiro, de apenas 14 páginas), além de uma Introdução e Reflexões finais, totalizando 202 páginas. A seguir, o título de cada um dos capítulos, evidenciando a maneira como o seu autor organizou seu pensamento a respeito de seu objeto de pesquisa:

Capítulo	Título	Páginas
I	Fundamento da crítica	22-36
II	Caracterização da ideologia	36-82
III	História “sem” conceitos	82-112
IV	A historiografia conservadora	112-172
V	São Capistrano de Abreu	172-196

Tabela 1: Elaborada pelo autor a partir do índice da tese de Pedro de Alcântara Figueira.

¹² JANOTTI, Maria de Lourdes. *João Francisco Lisboa: historiador e jornalista*. Tese apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

¹³ DIAS, Maria Odila da Silva. *Robert Southey, historiador do Brasil*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

¹⁴ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues*. Tese apresentada ao departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976, 2v.

¹⁵ Sobre tal debate, explicitando autores, obras e locais de produção, ver: FERNANDES, Diego José. O passado da história. *Canoa do Tempo*, v. 10, n. 1, p. 30-51, ago. 2018. ISSN 2594-8148. Disponível em: http://www.periodicos.ufam.edu.br/Canoa_do_Tempo/article/view/4416. Acesso em 06/10/2018.

¹⁶ FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)*. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis - São Paulo, 1974.

¹⁷ O questionamento é: "O que fabrica o historiador quando faz história?" Ver: CERTEAU, Michel. *A operação historiográfica*. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.

A tese de Pedro de Alcântara Figueira, foi produzida ainda no chamado “antigo regime de pós graduação”¹⁸, que vigorou nas universidades brasileiras até o início da década de 1970. Através deste sistema, o autor não precisava cursar um doutorado, como ocorre nos dias de hoje, integralizando créditos materializados em disciplinas em que seria avaliado e tendo a obrigação de realizar uma prova de proficiência em língua estrangeira. O doutoramento era uma espécie de prova, onde o intelectual, através de seu orientador, requeria uma banca para avaliar sua tese, banca essa que concedia o título de doutor mediante uma avaliação do texto e uma arguição do candidato. A tese era orientada por um professor de grau academicamente superior, geralmente livre-docente ou catedrático.

Nesse sentido, o doutoramento era um verdadeiro certame, no qual o aspirante a doutor necessitava provar para seus superiores que constituíam a banca, mediante seu texto e sua apresentação, que era capaz do título de doutor requerido. A banca que avaliava a tese e concedia o título era formada por professores catedráticos.¹⁹ Uma comissão examinadora deste tipo concedeu o título de doutor a Pedro de Alcântara Figueira no ano de 1974.²⁰ Nesta época, este historiador não era um mero candidato a doutor, desconhecido no meio acadêmico ou intelectual brasileiro. Quem era então Pedro de Alcântara Figueira?

O autor da tese que selecionamos para análise era uma figura relativamente conhecida no meio intelectual brasileiro, sobretudo no eixo Rio-São Paulo. Nascido em 26 de outubro de 1935, no Espírito Santo, Pedro de Alcântara Figueira formou-se em história pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (FNF), estabelecimento de ensino superior criado por Getúlio Vargas em 1939 e extinto pelo governo ditatorial militar no ano de 1968, quando foi unificado a outras faculdades cariocas que, juntas, passaram a formar a Universidade do Brasil. Uma vez formado, iniciou sua carreira em 1963 como docente e pesquisador no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão criado em 1955, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, voltado para o ensino e a pesquisa em Ciências Sociais, mas que contava com departamentos de História, Política, Sociologia, Filosofia e Economia.²¹

O fato de ser um isebiano - nome pelo qual os membros do ISEB eram conhecidos no contexto da segunda metade do século passado - concedeu a Pedro de Alcântara Figueira um considerável prestígio no cenário intelectual nacional, na medida em que isso dava visibilidade a ele e o colocava em contato com proeminentes intelectuais da época, como Sergio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Miguel Reale, entre outros. Ao ISEB, o historiador capixaba deve também a participação no movimento História Nova do Brasil, o qual reuniu jovens historiadores com a ambição de revolucionar o ensino de História do Brasil, todos inspirados por Nelson Werneck Sodré, que ministrava cursos sobre a formação histórica brasileira. Dado o forte tom nacionalista e o intenso diálogo com a obra de Karl Marx, o ISEB, encarado como uma espécie de centro teórico da esquerda subversiva, acabou sendo extinto pelo regime ditatorial militar que se implantou no Brasil a partir de 1964.²² Lançados duramente na clandestinidade no dia 13 de abril deste ano, os isebianos foram, em sua maioria, perseguidos e presos pelos militares ligados ao novo regime.

Além de dar aulas no ISEB, Pedro de Alcântara Figueira trabalhou também como professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, na época em que esta, após ser criada no ano de 1958, funcionava como um instituto de ensino superior do interior de São Paulo. Nesta instituição,

¹⁸ Obtivemos tal informação no seguinte artigo: PAULA, Eurípides Simões de. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira. *Revista de história*, v.43, n.88, São Paulo, 1971, p. 450. As informações sobre o antigo regime de pós graduação também foram baseadas neste artigo, bem como no de RODRIGUES, Maria Regina da Cunha. Teses defendidas no departamento de história da Universidade de São Paulo (1939-1974). *Revista de História*, v.50, n.100, São Paulo, 1974.

¹⁹ Infelizmente, não conseguimos muitas informações sobre a banca e o processo de doutoramento de Pedro de Alcântara Figueira.

²⁰ No link a seguir, pode-se encontrar algumas informações históricas sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. A faculdade de filosofia, ciências e letras de Assis. *Trans/Form/Ação*, Marília, v.1, p. 297-300, 1974. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731974000100018&lng=en&nrm=iso. Acessado em 24/05/2018.

²¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da história nova*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 30.

²² Para uma apreciação histórica e historiográfica sobre tal período, ver: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.24, n.47, p. 29-60, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=en&nrm=iso. Acessado em 31/05/2018.

onde realizou seu doutoramento, o historiador capixaba isebiano fez muitos amigos, aos quais, inclusive, agradece em sua tese. Porém, com a publicação do primeiro volume do livro de história do movimento História Nova do Brasil, ao que se seguiu o fechamento do ISEB e a consequente perseguição dos seus membros, ele acabou perdendo seu posto de professor. Somente anos mais tarde, depois do processo de redemocratização do país, voltou a dar aula em uma faculdade, o que aconteceu no departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - SP, onde acabou se aposentando no ano de 1993.²³

Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica) foi o primeiro trabalho de fôlego de seu autor, que até então tinha escrito apenas alguns artigos, ensaios históricos e o primeiro volume de História Nova do Brasil em coautoria.²⁴ Com a tese, Pedro de Alcântara Figueira mostrava-se para o *establishment* intelectual nacional como um autor historiográfico efetivamente, pois apresentava agora um trabalho fruto de uma pesquisa histórica, nos moldes que recomendava a comunidade historiográfica universitária. Sem dúvida, o jovem polemista do movimento História Nova do Brasil buscava uma nova fase profissional, mais ligada à universidade, ao ensino superior de História e à pesquisa historiográfica universitária. Escrever uma tese, requerer o título de doutor diante de uma banca composta por catedráticos, é um gesto intelectual que visa a composição ou a afirmação de uma determinada identidade profissional específica, a partir da qual gera-se um reconhecimento entre os pares, isto é, os historiadores e historiadoras universitários. Porém, a postura engajada dos anos anteriores permanecia fortemente. "(...) nosso objetivo com o presente trabalho é estudar as tendências conservadoras na historiografia burguesa brasileira".²⁵

Tal objetivo foi bem recepcionado pela historiografia brasileira. Apesar da tese de Pedro de Alcântara Figueira não ter sido publicada, José Roberto do Amaral Lapa, escrevendo em 1976, afirmara que a mesma foi bem vista nos "círculos intelectuais restritos".²⁶ Mais do que isso: a tese, juntamente com outro texto²⁷, representou um momento de inflexão nas análises sobre a historiografia brasileira, provocando "um repensar do quadro historiográfico convencional".²⁸ O historiador e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) elogia em *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)* o esforço crítico de análise, a revisão dos ídolos e mitos de nossa historiografia, bem como o discernimento entre o ideológico e o científico²⁹ presente nos estudos históricos nacionais.

É importante lembrarmos que tal apreciação positiva é feita dentro de um contexto universitário, isto é, no momento em que José Roberto do Amaral Lapa discutia a historiografia brasileira com alunos da pós-graduação em Ciências Políticas da Unicamp, o que nos faz pensar que o trabalho de Pedro de Alcântara Figueira estava sendo alçado como uma importante referência nos estudos sobre a produção histórica brasileira, sendo, logo, digno de conhecimento. O aval foi dado por um historiador que, na oitava década do século passado, se afirmava no meio historiográfico a partir de análises do seu campo disciplinar. No levantamento de teses inscritas e defendidas na pós graduação de história da USP, feito por Eurípides Simões de Paula em fins de 1971, o estudo historiográfico de Pedro de Alcântara aparece referenciado, colocado como o único estudo da área de metodologia e teoria da história.³⁰ Tais fatos mostram uma rápida e boa recepção ao estudo de Pedro de Alcântara Figueira no

²³ Por ser um autor atualmente bastante desconhecido, tivemos dificuldades em encontrar algumas informações básicas sobre ele. Nesse sentido, muitas das informações veiculadas nesse texto foram obtidas em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1422587/pg-32-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-12-1993>. Acessado em 05/03/2016.

²⁴ Os outros autores foram Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Nelson Werneck Sodré, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes.

²⁵ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 2.

²⁶ LAPA. *A história em questão...*, p. 21.

²⁷ O outro texto que José Roberto do Amaral Lapa elogia e coloca ao lado da tese ora em apreço é: MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. *Revista Debate e Crítica*. São Paulo, v.5, 1975. Tal texto forneceu depois a base para a tese de livre docência de Carlos Guilherme Mota, defendida no mesmo ano.

²⁸ LAPA. *A história em questão...*, p. 191.

²⁹ Para conferir a avaliação elogiosa que José Roberto do Amaral Lapa fez ao trabalho de Pedro de Alcântara Figueira, ver: LAPA. *A história em questão...*, p. 13-24 e 190-201.

³⁰ PAULA. *Algumas considerações...*, p. 450. Tal classificação da tese na área de metodologia e teoria da história nos parece sintomático do fato de que a discussão sobre historiografia brasileira, no início dos anos 1970, não estava de todo consolidada.

meio acadêmico.

Hoje em dia, passados mais de 40 anos, o autor e a obra encontram-se praticamente esquecidos. O exemplar da tese com a qual trabalhamos, obtido junto à biblioteca da Universidade Estadual de São Paulo - campus Assis -, praticamente não possui marcas de leitura, estando quase que completamente intacto. Nos diversos estudos atuais sobre a história da historiografia brasileira, Pedro de Alcântara Figueira e *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)* não se fazem presentes. Na estante de historiadores brasileiros da segunda metade do século XX, o autor e a obra ocupam um lugar discreto. Se José Roberto do Amaral Lapa, Francisco Iglesias, José Honório Rodrigues, Nilo Odália, Carlos Guilherme Mota, Maria Odila da Silva Dias, Maria de Lourdes Mônaco Jannoti entre outros, são referenciados como importantes autores que na década de 1970 engajaram-se no estudo de nossa historiografia, o mesmo não acontece com o autor e o texto que escolhemos para análise.

Uma rápida pesquisa em torno de textos que tratam a respeito da história da historiografia brasileira na segunda metade do século passado é suficiente para percebermos que existem pouquíssimas referências ao autor Pedro de Alcântara Figueira e à sua tese. Em tais recentes produções, o autor e a obra costumam ocupar o discreto lugar de uma nota de rodapé em meio a vários outros trabalhos, ou então uma efêmera referência nominal.³¹ O que indica esse silêncio atual em torno de um trabalho acadêmico que, quando de seu surgimento, conseguiu entre os pares relativa repercussão? Embora de tal fato não nos ocupemos de maneira prolongada, julgamos oportuno registrar o “não dito” de nossa história da historiografia e, além disso, pensar em algumas hipóteses.

Talvez, o desconhecimento acerca do autor e da obra ora em tela tenha a ver com o próprio tipo de história da historiografia realizado. Como se verá, o engajamento político de Pedro de Alcântara Figueira ressoa fortemente em seu texto, deixando claramente explicitado um posicionamento político. Sua tese marca uma produção intelectual que é também um trabalho político, vislumbrando para a historiografia um papel muito maior do que um estudo sobre o passado, em nome de uma concepção positivista de ciência. Em um contexto disciplinar que prima mais pelos protocolos metodológicos da ciência do que pelo vigor e pela atuação política, como o que nos marca atualmente e cuja consolidação se deu nos anos 1970-1980, a tese *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)* merece provavelmente adjetivos pejorativos, como militante, politizada, engajada, partidária, entre outros.

Em tempos de excessiva especialização acadêmica, intensa preocupação com a carreira profissional e grande zelo com a obra intelectual, o risco de banimento é altíssimo para aqueles intelectuais que escrevem seus textos sob o signo da intervenção política e da alteração radical do *status quo*. Pedro de Alcântara Figueira correu esse risco, caindo em seguida em um limbo historiográfico. Com isso, sua relevância científica vê-se abalada e menosprezada, o que pode ajudar a explicar seu ostracismo intelectual para a época pós 1980. Porém, ele não foi o único autor da segunda metade do século passado a ser esquecido. Claudia Wasserman, no recém publicado livro *A teoria da dependência*, mostra como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, três importantes intérpretes do Brasil, criadores e difusores de diagnósticos da realidade nacional que pautaram várias discussões sobre o desenvolvimento do país, foram olvidados em fins do século XX e início do XXI, tendo, inclusive, passado por enorme dificuldade de reinserção na universidade brasileira pós-Redemocratização.³² Mais do que resgatar sujeitos do esquecimento, a intenção aqui é, a partir de uma problematização de quem é lembrado e esquecido, discutir uma história da historiografia brasileira diferente da que se consolidou nos dias que correm.

³¹ No trabalho a seguir, cita-se apenas o nome de Pedro Alcântara Figueira: GONTIJO, Rebeca. Tal história, qual memória? Contribuições para pensar a escrita da história da historiografia brasileira, 1940-1970. In: SILVA, Ana Rosa Cloclot da et al. (org.). *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec/Belo Horizonte: Fapemig, 2014; e GODOY, João Miguel de; DEGAN, Alex. Estudos de historiografia: algumas possibilidades e desafios. In: SILVA. (org.). *Contribuições...*

³² WASSERMAN Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

Desmascarando a historiografia, revelando a ideologia

"Muitas vezes, o historiador se anula, deixa a história falar pela boca da classe dominante, e, então, a simbiose entre historiador e 'realidade' é completa".

Pedro de Alcântara Figueira, 1973.

Na tese de Pedro de Alcântara Figueira, a história da historiografia assume um objetivo e uma função bem explícitos. Trata-se da crítica da ideologia. Seu objetivo não é outro que não o ataque a uma dada forma de pensamento, a uma visão dominante que merece ser não só analisada como também denunciada e eliminada. A motivação primeira do trabalho ora em apreço parece advir justamente da vontade de condenar um determinado tipo de concepção, que acabou por se engendrar na historiografia brasileira. O termo *crítica*, que aparece no subtítulo da tese, indica um procedimento analítico, um esforço de análise atenta, de exame rigoroso, em uma palavra, trata-se de um procedimento científico, digno de uma historiografia que se pretende universitária, logo, diferente e particular em relação às anteriores da sociedade brasileira.

Nesse sentido, é importante destacar que, a partir da segunda metade do século passado, vários estudos universitários passaram a reivindicar o termo *crítico* como um elemento importante de identidade acadêmica. Florestan Fernandes, João Cruz Costa, Dante Moreira Leite, Antônio Candido e Paulo Emilio Sales Gomes, para ficarmos apenas em alguns exemplos de profissionais universitários ligados, respectivamente, à sociologia, filosofia, psicologia, crítica literária e cinematográfica da Universidade de São Paulo, ergueram a bandeira de “estudos críticos” a fim de marcarem um posicionamento intelectual diante do universo simbólico brasileiro.

Segundo Sérgio Rouanet, desde o Iluminismo e das obras do filósofo alemão Immanuel Kant, o termo *crítico* vem sendo mobilizado por intelectuais para se contrapor a determinadas tradições de pensamento e, assim, afirmar um projeto novo e diferente.³³ No caso da realidade brasileira, a intenção era consolidar as produções universitárias como essencialmente científicas, pautadas em rigorosos métodos de análise e investigação, traços esses que estabeleceriam um corte em relação à tradição intelectual dos institutos histórico-geográficos e dos “intérpretes do Brasil”.

No caso da tese aqui analisada, o termo aponta também para uma censura, para uma condenação do objeto de estudo. Fazendo da história da historiografia brasileira uma crítica da ideologia, Pedro de Alcântara Figueira está não só analisando a produção histórica nacional, como está também a condenando. Conforme afirmado mais acima, a motivação do historiador capixaba não está apenas em escrutinar cientificamente um objeto de estudo, revelando suas propriedades e composições. Além de uma vontade de saber, pulsa também fortemente em sua escrita um desejo de combate, de eliminação, de condenação. Ao historiador universitário, junta-se também o intelectual engajado, pronto para traçar seus combates. Detalhemos, pois, essa operação.

O conceito chave de *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)* é o de ideologia (vide os títulos dos capítulos II e IV). Do início ao fim do trabalho, tal conceito faz-se presente. Para o seu operador, ideologia significa o pensamento de uma classe dominante, presente em várias produções intelectuais, voltado para a manutenção de uma determinada ordem social. Ideologia seria, ao mesmo tempo, pensamento e dominação, ideia e ação. O pensamento, ou as ideias, nasceria de uma ação, de uma dominação, de modo que a ideologia é uma visão de mundo que sempre se forma socialmente. A síntese desta concepção encontramos a seguir: "(...) entendemos por ideologia a visão que a burguesia tem da sociedade como algo natural - e, portanto, não histórico".³⁴

Produto de uma classe dominante para manter-se no poder, a noção de ideologia de Pedro de Alcântara Figueira dialoga fortemente com o livro de Engels e Marx, *A ideologia alemã*, escrito em

³³ ROUANET, Sérgio P. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 55.

³⁴ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 7.

1846, referenciado em versão espanhola no trabalho acadêmico aqui em análise. Parte-se do pressuposto de que a classe dominante, ao monopolizar os meios de produção, ao deter as condições materiais de uma sociedade, acaba por se assenhorear da produção intelectual. O famoso esquema de infraestrutura e superestrutura comparece aqui, ou seja, as ideias dominantes em uma época nada mais são do que expressões intelectuais de uma classe dominante. Assim, a ideologia é sempre algo que reina em uma sociedade estratificada, porque é fruto de uma classe hegemônica, a qual detém o monopólio do modo de produção. Intimamente ligado a tradição marxista, o conceito de ideologia aparece tanto como um artefato intelectual como também político, ou seja, trata-se de ideias que asseguram o poder de uma classe sobre outra.

E o que a historiografia tem a ver com essa noção de ideologia? Como ela se insere nessa discussão conceitual?

Conforme o autor de *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)*, a produção histórica brasileira seria uma objetivação da ideologia, isto é, ao invés de espelhar o esforço do historiador para reconstruir o passado, ela refletiria o pensamento da classe dominante, na medida em que a produção intelectual de uma sociedade tende sempre a corresponder à visão daqueles que dominam materialmente a sociedade. Como apontamos acima, há uma correspondência entre infraestrutura e superestrutura, domínio material e produção intelectual. Vejamos:

Nesse sentido, nossa historiografia carrega um peso histórico bem mais significativo do que uma análise das aparências poderia indicar. Ela é de tal modo solidária com as formas de dominação de classe historicamente encontradas no Brasil, que reflete integralmente os desejos, as perspectivas, os anseios da classe dominante brasileira. Isto significa que a historiografia brasileira nasceu com seu destino predeterminado.³⁵

O artífice das palavras acima reduz a produção dos historiadores aos interesses dominantes. Esta seria a marca indelével da historiografia brasileira. Como uma corrente que aprisiona, que prende, estaria a história no Brasil refém das ideias de um dado grupo social. A epistemologia da reflexologia, para usarmos um termo caro a Luiz Costa Lima³⁶, segundo a qual as produções simbólicas refletem interesses sociais, políticos e econômicos, informa o conceito de historiografia de Pedro de Alcântara Figueira.³⁷ A historiografia está subsumida em uma linguagem vazada na noção de ideologia, daí se falar em dominação, interesse, hegemonia, reflexo etc.

Dessa forma, a historiografia é encarada como ideologia, como pensamento de uma classe dominante. Conforme apontado, a ideologia vale-se dos mais variados suportes discursivos para expressar a visão de mundo da classe hegemônica. Na ótica do historiador, outrora participante do movimento História Nova do Brasil, a historiografia é um “campo de aplicação da ideologia dominante”³⁸, seu celeiro privilegiado, de modo que “(...) houve um terreno em que a ideologia dominante exerceu um domínio completo, nem de leve disputado e apenas timidamente contestado: a historiografia. Foi este, por muito tempo, o baluarte protegido incondicionalmente pelos ideólogos burgueses”.³⁹ Quando se trata de encarar a historiografia como produção ideológica, é importante apontarmos que tal tratamento foi realizado por vários intelectuais brasileiros da segunda metade do século passado, sobretudo durante a época ditatorial.

Tal como Pedro de Alcântara Figueira, historiadores como Maria Odila da Silva Dias, Maria de Lourdes Mônaco Jannoti, Carlos Guilherme Mota, José Roberto do Amaral Lapa, Francisco Iglésias, Dante Moreira Leite, entre outros, também fizeram uso, em graus e modos diferenciados, da noção de ideologia para pensar e analisar a historiografia. Na verdade, ideologia aparenta ser uma noção cara à geração intelectual brasileira que viveu os anos 1950-1990. É o que nos sugere o valioso depoimento de um dos membros dessa geração:

³⁵ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 3.

³⁶ LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e técnica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 47.

³⁷ A vinculação entre história e ideologia chegou até a confundir o autor: no sumário, o capítulo IV é denominado de "A historiografia conservadora", entretanto, no corpo da tese, o mesmo capítulo é aberto com título "A ideologia conservadora". Ato falho? De todo modo, a troca indicia bem a associação entre historiografia e ideologia.

³⁸ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 25.

³⁹ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 45.

A crítica ideológica entrara na ordem do dia das esquerdas e dos setores esclarecidos da população: tratava-se de uma prática corriqueira em todo e qualquer trabalho científico ou artístico, literário, dramaturgico etc. [...] um novo grupo-geração - o nosso, e não apenas historiográfico - começava agora a se ocupar dos estudos brasileiros com a atenção e a crítica voltadas para a "identidade nacional", porém na contramão do caminho trilhado pelos ideólogos da hora.⁴⁰

Vivendo o contexto em que o país iniciava efetivamente, a todo o vapor, a sua industrialização, em que a sociedade brasileira experimentava o pluripartidarismo, a discussão de distintos projetos político-econômicos e a influência norte-americana na esteira do dito vírus comunista, os intelectuais brasileiros engajavam-se na realidade nacional, colocando a política sempre no horizonte de suas publicações. De certa forma, ainda que sofrendo duros golpes, essa atmosfera de crítica sócio-política, de engajamento intelectual, de preocupação com os rumos da sociedade brasileira, atravessou sofregamente os anos ditatoriais pós 1964.

Na verdade, na conjuntura dos anos 1970, produção simbólica e engajamento político confundiam-se, tornando-se como que uma ação indissociável. Os intelectuais universitários desse momento pensavam que podiam fazer política a partir de suas produções acadêmicas. Daí porque o marxismo, enquanto referencial teórico-político, desfrutava de importante adesão no meio intelectual brasileiro. A noção marxista de *práxis*, unindo solidamente teoria e prática, fornecia uma base intelectual para justificar a necessidade de compreensão e transformação da realidade.⁴¹ Os trabalhos acadêmicos não eram produzidos e encarados como apartados dos combates políticos da época. Intelectual era aquele indivíduo que se engajava social e politicamente, fazendo de sua obra um instrumento de intervenção no mundo. Autores como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti, José Arthur Giannotti, entre tantos outros, ganharam enorme prestígio justamente porque aliavam rigor e qualidade acadêmica com preocupação e atuação política. Quem assim não procedia era taxado de burguês, de alienado, de intelectual sem consciência social, um idealista. Tal fato explica, em certa medida, a denúncia da ideologia que muitos intelectuais da segunda metade do século XX faziam.

De acordo com Marilena Chauí, no Brasil da ditadura militar, o combate que muitos professores universitários faziam contra a ideologia burguesa dava-se não a partir de uma contraposição, em nome, por exemplo, de uma ideologia proletária. Ao invés de pensar e agir no terreno dicotômico de uma ideologia dominante x ideologia dominada, vários intelectuais prefeririam estrategicamente propor uma crítica ideológica, isto é, o combate aos princípios burgueses ocorria a partir de uma atitude crítica, que, conforme apontamos, era ao mesmo tempo intelectual e política. O universo da crítica ideológica foi o terreno em que se travou um embate contra a ideologia burguesa.⁴²

Porém, o que nos chama mais a atenção no uso do conceito de ideologia por parte dos intelectuais universitários é que ele foi bastante presente entre os historiadores que participaram, nos anos 1970, do debate sobre a história da historiografia brasileira. Nesta seara, termos como ideologia, ideólogos, crítica ideológica, valores ideológicos, pensamento ideológico, entre outros, fizeram-se especialmente presentes. Condizente com esse contexto, temos as palavras convidativas de José Roberto do Amaral Lapa: "(...) é necessário desengravidar a historiografia brasileira de sua carga ideológica e justamente as avaliações ao nível ideológico é que poderão oferecer esse discernimento. A ideologia é aí objeto e não motor do conhecimento histórico".⁴³

Por que a noção de ideologia foi tão usada no debate sobre a história da historiografia brasileira? De que modo ela foi manejada pelos diferentes historiadores preocupados com a sua própria disciplina? Que papel ou função ela ocupou não só na escrita da história de nossa historiografia, mas na da própria nação, no momento em que se atravessava um regime ditatorial militar? E mais: Por que tal noção sofreu um considerável refluxo nas décadas finais do século XX? Haveria aí alguma relação

⁴⁰ MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história: Perfis e contrapontos*. Rio de Janeiro: Globo, 2010, p. 22-23.

⁴¹ Para uma apreciação histórica das relações entre marxismo e ciências humanas no Brasil, com destaque para a historiografia, ver: MALERBA, Jurandir; JESUS, Ronaldo Pereira de. *Marxism and Brazilian Historiography*. In: IGGERS, Georg; WANG, Q. Edward. (ed.). *Marxist Historiographies*. London/New York: Routledge, 2016, p. 142-173.

⁴² CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 87.

⁴³ LAPA. *A história em questão...*, p. 13-24 e 194.

com o processo de redemocratização e a consolidação dos novos movimentos sociais? Eis algumas importantes questões, às quais damos registro, apesar de não as tomarmos como elemento central de nosso trabalho.

A análise que Pedro de Alcântara Figueira fez dos diversos historiadores de fins do século XIX e início do XX mostra bem a associação entre escrita da história e ideologia. João Ribeiro (1860-1934), Pandiá Calogeras (1870-1934), Oliveira Lima (1867-1928), Oliveira Viana (1883-1951), Afonso Taunay (1876-1958), Joaquim Nabuco (1849-1810) e Capistrano de Abreu (1853-1927) são caracterizados como historiadores que repercutiram, consciente ou inconscientemente, perspectivas da classe dominante. Em suas obras não se encontraria um verdadeiro conhecimento da história do Brasil, mas sim os interesses da burguesia conservadora nacional. Tais historiadores seriam como que “os funcionários da ideologia burguesa”, como dirá Antonio Gramsci da classe intelectual fascista de Mussolini.⁴⁴ Pedro de Alcântara Figueira descarta a produção histórica dos homens de letras do alvorecer do século XX, na medida em que elas expressam não tanto a ciência histórica como a ideologia burguesa. Tal constatação é aferida no momento que, ao consultar as obras, não se encontraria o que seria as reais referências da história do Brasil, aquela marcada por luta de classes, exploração social e econômica, desigualdades, opressões etc.

Enfeixando os historiadores do seu recorte temporal, diz-nos o crítico da historiografia brasileira:

Em vez de descobrir o específico, o concreto, o que representaria uma verdadeira contribuição para o desenvolvimento efetivo da ciência social, utilizando o método histórico como guia para a pesquisa, preferiram o irracionalismo da caracterologia, do biologismo, do psicologismo. Envolvidos inteiramente com a ideologia dominante, não conseguiram escapar às catalogações obscuras, pré-científicas expressas numa terminologia idealista, metafísica: "brasilidade", "caráter", "índole", "natureza", "alma", "espírito", "vocação".⁴⁵

Pela ótica da citação acima, vemos que a escrita da história do Brasil, realizada em fins do século XIX e início do XX, andando de mãos dadas com a classe dominante, de onde recrutava seus porta-vozes, enveredou por caminhos desnecessários que acabaram afastando-a da ciência histórica. O destino alcançado, segundo o exegeta da historiografia brasileira, foi uma leitura equivocada do passado nacional, leitura essa que em nada contribuiria para o conhecimento histórico.

A aliança indissociável entre história e classe dominante, configurando assim o fenômeno ideológico, é responsável também pelo mascaramento da realidade pretérita. O analista da historiografia brasileira denuncia não só o uso de termos abstratos entre os historiadores anteriores a 1930, como delata também o falseamento do mundo histórico estudado. E aqui podemos perceber uma marca importante do conceito de ideologia, tal qual entendido pela tradição marxista: a falsa consciência.⁴⁶ As produções ideológicas, afinadas com interesses classistas, mascarariam a realidade, ocultariam o verdadeiro sentido do real. Daí se dizer que toda ideologia é uma atentado contra a razão histórica, na medida em que escamoteia esta, colocando em seu lugar uma outra aparência, um real disfarçado.

No texto ora em análise, vemos uma grande quantidade de exemplos que comprovam para o autor a adulteração da realidade histórica. O estudo da escravidão, as investigações sobre o Estado Imperial, o processo de independência da América Portuguesa, a economia nacional, entre outros temas da nossa história, foram estudados de forma ideológica, isto é, falseando o real. Segue o pressuposto que embasa a análise da historiografia destes temas: "A escrita da história é exatamente igual à ideologia. É esta que subordina, após haver subordinado o real. Forjou-se assim uma nova 'realidade', a realidade da ideologia, ou melhor, montou-se uma irrealidade, uma fantasia, que passou a denominar-se História".⁴⁷

Para não multiplicarmos exemplos que obedecem ao mesmo princípio epistemológico, fiquemos apenas com um:

⁴⁴ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 29.

⁴⁵ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 60.

⁴⁶ LEFEBVRE, Henri. *Marxismo: uma breve introdução*. Porto Alegre: L&PM, 2017. E KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁴⁷ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 10.

Um dos primeiros passos da escamoteação do sentido verdadeiro da escravidão consiste em trocar a expressão "escravo" por "negro". Ou melhor, trocar uma categoria, que necessariamente já contém em si a noção das relações de trabalho, como a ideia de produção e exploração, por outra que abstrai totalmente estas implicações.⁴⁸

A historiografia brasileira pré-1930, ao falar muito mais em negro do que em escravo, acabaria por falsear a realidade histórica, na medida em que obscureceria o caráter de classe, de relações de produção desiguais, da escravidão nacional. Em todo o seu texto, Pedro de Alcântara Figueira queixa-se do fato de que boa parte dos historiadores por ele analisados tratam a escravidão muito mais como uma relação racial do que como uma questão socioeconômica. Ao invés da exploração capitalista do trabalho escravo, do caráter laboral de coisificação, a historiografia brasileira destacou a dominação étnico-racial, apagando toda a contradição entre capital e trabalho.

Assim, a historiografia nacional de séculos passados, dominada pela ideologia, não poderia fazer efetivamente história, pois ela "não ocorre no horizonte da história real, mas no horizonte da ideologia".⁴⁹ Esta dominância, reinaria soberanamente, como se tapasse os olhos dos historiadores para o que realmente aconteceu. A história real tornar-se-ia, então, invisível aos historiadores. Essa visão pessimista e um tanto quanto determinista da produção histórica encaminha para uma dada função da história da historiografia brasileira.

Se a historiografia encontra-se refém da ideologia, se o real escapa aos olhos dos historiadores dominados pelos interesses e pelas visões da classe dominante, qual seria então a função da história da historiografia? Ao se deparar com dominação de classe, com falseamento da realidade, com histórias deturpadas, como o analista da historiografia brasileira deveria proceder?

Para Pedro de Alcântara Figueira, "(...) não basta deblaterar contra tal historiografia, pois ela permanecerá viva enquanto as condições que a geraram forem predominantes. Por isso que a tarefa teórica está em revelar sua verdadeira função como ideologia".⁵⁰ Na conclusão de sua tese, observamos novamente a mesma proposta para a história da historiografia brasileira: "(...) somente uma perspectiva que se situasse numa posição crítica com relação à própria ideologia, seria capaz de revelar o caráter e os objetivos da produção historiográfica brasileira".⁵¹

Dessa forma, a tarefa da história da historiografia brasileira aventada consiste na crítica da ideologia. O autor de *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)* assume como missão denunciar o caráter ideológico da historiografia brasileira, de modo que a história desta revela-se como a melhor maneira para fazer tal denúncia. Após passar em revista a produção histórica nacional, apontando seus objetivos, seus falseamentos, seus interesses políticos, ocorre uma espécie de tomada de consciência historiográfica, isto é, a faceta classista dos historiadores é revelada, perdendo-se assim a ingenuidade para com a escrita da história. Historicizar a historiografia é desmascarar a história, é revelar à todos a face cruenta da ideologia, desnudando a dominação de classe.

Ao adotar tal função, exerce-se uma postura crítica em relação aos outros projetos de história da historiografia, os quais, para Pedro de Alcântara Figueira, são marcados por duas tendências: estudo das influências e valorização apologética. Sobre a primeira,

Gasta-se muita tinta em busca da determinação da paternidade de tal ou qual afirmação, de tal ou qual ideia. Muito se tem discutido sobre a parcialidade, a isenção, a subjetividade ou a objetividade deste ou daquele historiador. Também se classifica este autor como fazendo uma história oficial, aquele como partindo de uma ótica nacionalista, aquele outro como simpático a tal ou qual personagem, a tal ou qual acontecimento etc., etc.⁵²

A história da historiografia não deveria ter como programa uma investigação que se preocupasse

⁴⁸ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 130.

⁴⁹ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 65.

⁵⁰ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 76.

⁵¹ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 198.

⁵² FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 23.

em explicar as ideias do historiador, suas tendências filosóficas e teóricas ou sua modalidade historiográfica. Esta agenda de pesquisa, assim como o culto apologético do historiador, que visa o seu engrandecimento como pessoa e profissional, deixa escapar o essencial: a ideologia. A história da historiografia que teria um verdadeiro efeito social e científico seria aquela que tratasse não do historiador (suas ideias, suas teorias, sua escrita, suas fragilidades, suas positivities etc.), mas sim aquela que tocasse o elemento estruturante das produções intelectuais.

Portanto, fazer história da historiografia brasileira significava tocar no problema da ideologia. Esta noção converte-se em programa de pesquisa para a escrita da história, e é a partir dela que se incita a produção de novos trabalhos. Usada como farol para a historicização da historiografia nacional, a noção de ideologia encontra em Pedro de Alcântara Figueira um ardoroso defensor.

Tendo partido da premissa de que o objeto principal na análise da historiografia brasileira deveria ser a ideologia dominante, no sentido em que Marx e Engels a define em a Ideologia Alemã, era desalentador constatar como os estudos existentes sobre o assunto raramente se referiam a tal aspecto ou, quando o faziam, era de maneira insatisfatória. A ideologia era, quando muito, uma referência entre outras, e não, como para nós, o centro de preocupação, ou, ainda, o objeto que deva ser alvo de análise. E mais ainda, para nós, a determinação da ideologia deve subordinar todos os outros aspectos.⁵³

A utopia historiográfica

Ao investigar o papel da ideologia na historiografia brasileira, Pedro de Alcântara Figueira acabou pintando um quadro nebuloso da produção histórica brasileira de fins do século XIX e início do XX. Conforme mostramos, observam-se os historiadores presos na ideologia, subordinados à classe dominante, distantes de um real conhecimento do passado da nação. O *topos* do atraso do país, bastante presente na segunda metade do século XX, é mobilizado para a historiografia do Brasil anterior a 1930. Nesta produção, nosso autor não vê cientificidade, assim como não enxerga nenhum esclarecimento para com as questões históricas. Dominado pela ideologia, esmagada por interesses classistas, a escrita da história é caracterizada como uma anti-ciência, totalmente incapaz de explicar os fenômenos históricos.

Segundo o autor de *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)*, os estudos históricos no Brasil, tomados como objeto de sua tese, apresentam uma completa ausência de conceitos. João Ribeiro, Pandiá Calogeras, Oliveira Lima, Oliveira Viana, Afonso Taunay, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu e tantos outros, fizeram uma "história sem conceitos"⁵⁴, dominada por vocabulários do senso comum e por uma gramática pré-científica, quase metafísica. Sendo mais específico e preciso, com quais categoriais tais autores escreveram seus textos? Responde o crítico da historiografia brasileira:

Com noções vagas, onde transparecia o irracionalismo mais obscurantista, como "época", "espírito da época", "índole", "caráter", "struggle for life", etc. Com conceitos vagos como "povo", "sociedade", "Homem", "raça" e mais uma dezena deles facilmente catalogável em qualquer manual de receitas normativas sobre o conhecimento histórico.⁵⁵

De tais textos, recheados de abstrações, pouco se aproveitaria para um real conhecimento do passado. Antes, eles têm um valor de documento, falas que testemunham o poder avassalador de uma ideologia dominante. Os produtores destes textos, atados à ideologia, aos interesses da classe dominante, tornar-se-iam incapazes de produzir uma história conceitual.

Nosso analista da historiografia brasileira opera a partir da dicotomia entre Ciência x Ideologia, estando, é claro, do lado da primeira contra a segunda. Para ele,

⁵³ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 24.

⁵⁴ Título de um dos capítulos (o III), conforme evidenciado no quadro do início deste artigo.

⁵⁵ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 20.

A historiografia brasileira não conheceu, a rigor, a fase científica da análise histórica, que esteve em curva ascendente até a primeira metade do século passado. Não seria exagerado dizer que já estarem moribundas ao nascer as intenções científicas dos estudos sociais e, particularmente, dos estudos históricos no Brasil. A primeira História Geral do Brasil define-se mais como um monumento ao conservadorismo do que uma resposta brasileira às tendências da análise científica.⁵⁶

O desenho final do quadro não poderia ser mais desalentador: a história no Brasil, sufocada pela ideologia, emergiu na contramão da história científica, ou seja, ela representou um verdadeiro atraso para a sociedade brasileira. Daí, dela pouco se aproveitou, em matéria de ciência histórica, pois a ideologia é, por excelência, anti-ciência.

Porém, a despeito deste tom melancólico e pessimista, predomina na tese do historiador capixaba uma esperança para com a historiografia brasileira de sua época. Ao fazer da história da historiografia brasileira uma crítica da ideologia, o dito real aspecto dos estudos históricos no Brasil até 1930 teria sido efetivamente revelado. Desvelando a ideologia que assolou os historiadores, o autor de *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)* abria a possibilidade de uma escrita da história científica, pura, anti-ideológica. Com o seu trabalho de doutoramento, inscreveu-se no horizonte historiográfico uma nova possibilidade, um novo tempo, uma nova escrita, uma nova história. Eis a *utopia historiográfica*: "feita a análise crítica da ideologia e removido todo o aluvião historiográfico, fica aberto o caminho para a visão científica da história".⁵⁷

Conforme lembra Paul Ricoeur, em um importante estudo sobre as relações entre ideologia e utopia, o combate à primeira frequentemente redundava na esperança de um novo mundo, livre das ideias parciais e tendenciosas de uma classe dominante. Criticar a ideologia também é, no limite, acreditar na sua eliminação, ou de pelo menos na limitação do seu poder de dominar mentes e corações.⁵⁸ Assim, um trabalho de crítica da ideologia é também um esforço de abertura do tempo, de gestação de novos espaços possíveis. Uma obra de história, ou de história da historiografia, não só indicia ou revela seu tempo, como é notório em várias abordagens, mas mantém com este mesmo tempo uma relação de tensão, de conflito, marcado pela criação de um novo mundo. Afirmar a historicidade da história da historiografia implica em vê-la também como em uma relação política com o seu tempo. Pedro de Alcântara Figueira, criticando a ideologia burguesa na historiografia brasileira, travou este combate com o tempo, com as temporalidades passado, presente e futuro.

Tal combate certamente tornou-se mais urgente em razão da conjuntura política vivida pelo Brasil no início da década de 1970. Escrita quando o Ato Institucional de número 5 (AI-5) ainda estava em vigor, assegurando e legitimando vários atos discricionários de repressão, tortura e censura, tanto no espaço universitário como no social, a tese ora em foco certamente não deixa de ser, também, uma reação contra uma atmosfera sufocante que emparedava e fechava várias possibilidades de abertura para a sociedade brasileira, em geral, e para a historiografia, em particular. Com a *utopia historiográfica*, colocava-se no horizonte uma nova realidade, reabrindo o campo de possibilidades para os intelectuais brasileiros e permitindo a estes a imaginação de um futuro diferente do presente autoritário que vivia o país. Como é notório, o gesto utópico tende sempre a ocorrer a partir da rejeição de um presente, sendo um ato de resistência àquilo que se vê contemporaneamente. O engajamento historiográfico de Pedro de Alcântara Figueira o faz estar comprometido também com uma mudança social e política para o seu país. A nação, no contexto ditatorial dos anos 1960-1970, era um horizonte inescapável para a classe intelectual.

Desmascarando a historiografia e revelando a ideologia, surge a *utopia historiográfica*, a esperança de uma escrita da história expurgada dos interesses classistas. A crença ganha lugar em detrimento da constatação crítica e pessimista da situação ideológica da historiografia brasileira. Abre-se a possibilidade de espera, de sonho, de desejo de um novo tempo para a escrita da história. Comprometida com a mudança, a tese de Pedro de Alcântara Figueira emerge não apenas como um trabalho científico sobre o passado, mas como um instrumento que pode produzir o futuro,

⁵⁶ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 69-70. Grifos do original.

⁵⁷ FIGUEIRA. *Historiografia brasileira...*, p. 77.

⁵⁸ RICOEUR, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 107.

antecipando-o. *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)* inscreve-se no presente e, principalmente, no futuro, como um texto que, criticando o *espaço de experiência* da historiografia brasileira, projeta um *horizonte de expectativa* para a escrita da história no Brasil.⁵⁹ Há, portanto, não só o desmascaramento da ideologia, como há, também, o descortinamento do futuro, tempo-promessa que se desenha timidamente na página e na vida de Pedro de Alcântara Figueira.



⁵⁹ Sobre tais categorias, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

RESUMO

A partir de um estudo de caso, o presente artigo pretende analisar e discutir a prática da história da historiografia brasileira no contexto dos anos 1970, momento em que o Brasil vivia uma ditadura civil-militar que impunha ao país uma modernização conservadora que atingia, entre outras áreas, a universitária. Analisa-se a tese de doutorado de Pedro Alcântara Figueira, intitulada *Historiografia brasileira: 1900-1930 (análise crítica)* e defendida em 1974, destacando como tal trabalho pensou e realizou uma história da historiografia brasileira.

Palavras-chaves: Historiografia brasileira; Anos 1970; Crítica ideológica;

RÉSUMÉ

À partir d'un étude de cas, le présent article entend analyser et discuter la pratique de l'histoire de la historiographie brésilienne pendant les années 1970, quand le Brésil vivait une dictature civile-militaire qui instituait dans le pays une modernisation conservatrice qui touchait parmi d'autres le domaine universitaire. Le présent article analyse la thèse de doctorat de Pedro Alcântara Figueira, intitulée *Historiografia brasileira: 1900-1930 (analyse critique)* et défendue en 1974, en remarquant comment cet ouvrage a pensé et réalisé un histoire de la historiographie brésilienne.

Mots Clés: Historiographie brésilienne; Années 1970; Critique idéologique.

Artigo recebido em 31 mai. 2018.

Artigo aprovado em 30 set. 2018.

